

Informe

informe@ofluminense.com.br

Empresas: mais facilidade para abertura de filiais

A abertura de filiais de empresas em estados fora da sede passou a ser instantânea. Por meio da integração digital das juntas comerciais, o registro de outras unidades em outros estados pode ser feito diretamente da mesma Junta Comercial da matriz, em minutos. Até recentemente, a abertura de filiais em outros estados demorava várias semanas. O empresário que precisasse abrir uma filial em outro estado tinha de ir à Junta Comercial da matriz e fazer uma alteração contratual. Depois de esperar o pedido ser deferido (aprovado), o empresário tinha de ir à Junta Comercial da cidade da filial para fazer o registro.

Arquivo / Agência Brasil



Paulo Uebel, secretário especial de Desburocratização, explicou a mudança

Mais Médicos na berlinda

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniu na quarta-feira (6) em seu gabinete com o ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e deputados da Frente Parlamentar da Saúde para tratar da votação da Medida Provisória (MP) nº 890, que instituiu o programa Médicos pelo Brasil para atenção primária no SUS.

Bancada dividida

A votação da MP deve ocorrer na próxima terça-feira (12). O tema divide a bancada da Saúde e é acompanhada pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que se opõem às modificações feitas à proposta do governo e aprovadas no Projeto de Lei de Conversão nº 25/2019 na comissão mista do Congresso.

Mudanças não agradam

As duas entidades são contrárias à permissão para que os médicos cubanos, remanescentes do Programa Mais Médicos, continuem a atuar no Brasil; à possibilidade de que o Revalida (Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por instituições de Educação Superior Estrangeiras) seja aplicado por faculdades particulares, e também à autorização para que os governos estaduais criem consórcios para contratação de médicos formados no exterior, conforme decidido na comissão mista.

Redação terá 5 mil avaliadores

Neste ano, 5.168 avaliadores serão responsáveis pela correção das redações do Enem, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As provas foram feitas domingo passado (3), por 3,9 milhões de estudantes.

Notas saem em janeiro

A nota do Enem deverá ser divulgada em janeiro, em data ainda a ser definida. Depois disso é que os candidatos terão acesso ao espelho da redação, com detalhes da correção, em data ainda não definida. A consultua serve apenas para fins pedagógicos.

Suspensão delivery de combustível

O aplicativo GOFit, utilizado para entrega de combustível em casa, está suspenso no município do Rio de Janeiro enquanto não houver regulamentação do serviço e autorização de funcionamento pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A decisão é do juiz Marcio Alexandre Pacheco da Silva, da 45ª Vara Cível do Rio, que acolheu na quarta-feira (6), pedido de liminar do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes e de Lojas de Conveniência do Município do Rio de Janeiro (Sindcomb).

O Pacto e o BPC

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que reformula o pacto federativo, enviada na terça-feira (5) ao Senado, não altera as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), esclareceu o Ministério da Economia. Em nota oficial, a pasta explicou que a PEC propõe retirar da Constituição um artigo sem efeito.

Vínculo ao mínimo garantido

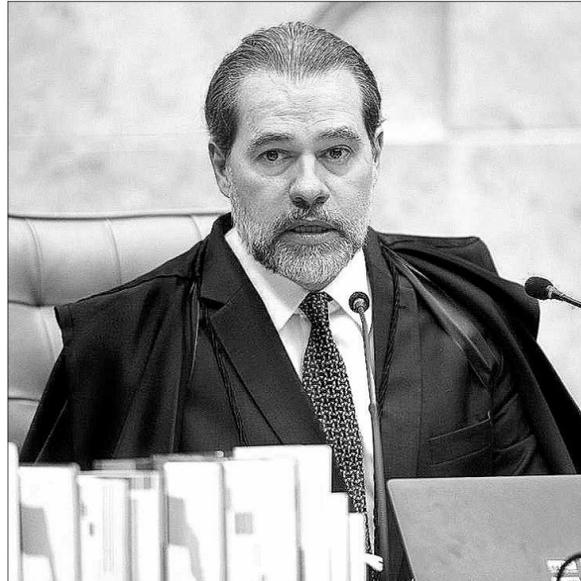
O comunicado enfatizou que o BPC, por ser um benefício assistencial, é regulado pelo artigo 203 da Constituição, vinculado ao salário mínimo e corrigido todos os anos pela inflação. Nos últimos dias, surgiram interpretações de que a proposta de retirada do artigo 58, que consta da PEC, poderia desvincular o BPC do salário mínimo.

Com Agência Brasil

Prisão após condenação em 2ª instância é derrubada

Por seis votos a cinco, STF reverte seu próprio entendimento de 2016

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Presidente do STF, ministro Dias Toffoli, foi autor do voto de desempate

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta (7) contra a validade da execução provisória de condenações criminais, conhecida como prisão após a segunda instância. Por 6 votos a 5, a Corte reverteu seu próprio entendimento, que autorizou as prisões, em 2016.

Com a decisão, os condenados que foram presos com base na decisão anterior poderão recorrer aos juízes que expediram os mandados de prisão para serem libertados. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o julgamento terá impacto na situação de 4,8 mil presos.

Os principais condenados na Operação Lava Jato podem ser beneficiados, entre eles, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde 7 de abril do ano passado, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, após ter sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), no caso do triplex do Guarujá (SP), além do ex-ministro José Dirceu e ex-executivos de empreiteiras. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), cerca de 80 condenados na operação serão atingidos.

Votos – Após cinco sessões de julgamento, o resultado foi obtido com o voto de desempate do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. Segundo o ministro, a vontade do Legislativo deve ser respeitada. Em 2011, uma alteração no Código de Processo Penal (CPP) definiu que “ninguém será preso, senão em flagrante delito ou em decorrência de sentença condenatória trans-

mitada em julgado. De acordo com Toffoli, a norma é constitucional e impede a prisão após a segunda instância.

“A vontade do legislador, a vontade do Parlamento, da Câmara dos Deputados e do Senado da República foi externada nesse dispositivo, essa foi a vontade dos representantes do povo, eleitos pelo povo.”, afirmou. Durante todos os dias do

julgamento, os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia votaram a favor da prisão em segunda instância. Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Celso de Mello se manifestaram contra.

O caso – No dia 17 de outubro, a Corte começou a julgar definitivamente três ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs), relatadas pelo ministro Marco Aurélio e protocoladas pela Ordem dos Advogados, pelo PCdoB e pelo antigo PEN, atual Patriota.

O entendimento do Supremo permitia a prisão após condenação em segunda instância, mesmo que ainda fosse possível recorrer a instâncias superiores. No entanto, a OAB e os partidos sustentaram que o entendimento era inconstitucional e uma sentença criminal somente pode ser executada após o fim de todos os recursos possíveis, fato que ocorre no STF e não na segunda instância da Justiça, nos tribunais estaduais e federais. Dessa forma, uma pessoa condenada só vai cumprir a pena após decisão definitiva do STF. ■

Novos servidores não terão estabilidade automática

Afirmção é do ministro Paulo Guedes, durante evento em Brasília

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Paulo Guedes quer enxugar máquina com mudanças na estabilidade

Os novos servidores públicos não terão estabilidade automática, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, que participou nesta quinta (7), em Brasília, do evento Diálogos com o TCU – Visões sobre o Brasil e a Administração Pública, na sede do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Guedes, o tempo para se atingir a estabilidade será definido para cada carreira. “O novo servidor não terá estabilidade automática, ele precisará ser testado por três, quatro, cinco anos. Vai depender da carreira, do que a pessoa faz, do que entrega”, disse.

Guedes afirmou que a reforma administrativa também vai reduzir o número de carreiras de cerca de 300 para algo em torno de 20 e que os salários para quem entrar na carreira pública serão menores.

Segundo Guedes, o governo está trabalhando para enfrentar os grandes gastos

públicos. Ele destacou a aprovação da reforma da Previdência e a redução de gastos com juros em R\$ 100 bilhões entre este ano e 2020, por meio do controle de gastos. “Controlamos a previdência, derrubamos a segunda torre

do inimigo, que é o excesso de juros”, disse. Segundo Guedes, o terceiro grande gasto do governo é com o funcionalismo público e por isso, a necessidade de reforma administrativa. No evento, Guedes defen-

deu outras reformas como a do pacto federativo para dar maior autonomia a governadores e prefeitos aplicarem os recursos públicos e a reforma tributária.

A proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo é uma das medidas entregues ao Congresso Nacional nesta semana pelo governo com objetivo de controlar os gastos públicos. A proposta de reforma tributária ainda não foi enviada ao Congresso.

Segundo Guedes, a proposta do governo será enviada quando as mudanças em tramitação na Câmara e no Senado avançarem, e a proposta será acooplada às demais. “Vamos fazer a nossa parte. Juntar PIS, Cofins e depois o IPI”, disse.

Para Guedes, a necessidade da reforma já é reconhecida. “A reforma tributária está muito madura, todo mundo sabe, todo mundo quer. A ideia é um Imposto sobre Valor Agregado (IVA)”, afirmou. ■

FGTS: saque para os nascidos em abril e maio começa hoje

Mais de 8,8 milhões de trabalhadores poderão sacar os recursos

A Caixa inicia, nesta sexta (8) uma nova etapa do calendário de pagamentos do Saque Imediato do FGTS. Os trabalhadores nascidos em abril e maio poderão realizar o saque de até R\$ 500 de cada conta ativa ou inativa do FGTS. Mais de 8,8 milhões de pessoas serão alcançadas nessa nova fase, com liberação de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões. Para facilitar o atendimento, 2.381 agências da Caixa abrirão em horário estendido na sexta (8) e na segunda-feira (11). A lista das agências com horário especial de atendimento está no site fgts.caixa.gov.br.

Canais de atendimento - Os trabalhadores podem ser atendidos nos terminais de autoatendimento da Caixa utilizando apenas a senha do cidadão e, nas casas lotéricas, utilizando a senha do cidadão e senha pode sacar, também, nos correspondentes Caixa AQUÍ, apresentando documento de identificação. “Para os saques de até R\$ 100, a Caixa disponibilizou o saque simplificado, com a utilização apenas do documento de identidade, nas casas lotéricas. Cerca de 20 milhões de

trabalhadores poderão contar com essa facilidade”, explica o vice-presidente do Agente Operador Caixa, Paulo Henrique Angelo.

Para agilizar o atendimento, a Caixa orienta que o trabalhador esteja com sua Carteira de Trabalho em mãos no momento do saque.

As dúvidas sobre valores e direito ao saque podem ser consultadas no APP FGTS (disponível para iOS e Android), pelo site fgts.caixa.gov.br ou pelo telefone de atendimento exclusivo 0800 724 2019, disponível 24 horas por dia. ■

Embargo a Cuba

O Brasil votou nesta quinta (7), pela primeira vez, a favor do embargo econômico, comercial e financeiro a Cuba. A votação, que ocorreu por meio de painel eletrônico durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foi sobre projeto de resolução apresentado por Cuba condenando o embargo imposto pelos Estados Unidos desde 1962. Desde 1992, a Assembleia Geral vem sempre aprovando, por ampla maioria, uma resolução que pede o fim do embargo, que foi transformado em lei pelo Congresso americano em 1992. ■